



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

CICLO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO A SOCIEDADE CIVIL DOS DEBATES PROMOVIDOS PELO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Área temática: Educação

Gustavo Costa de Souza¹; Lidiane Souza Santos²; Samantha Thais Baião Moreira³; Luciana Tereza de Moraes Silva⁴; Elisa Kandratavicius⁵; Iasmim Mesquita⁶; Eloisa Junia Boanerges Teixeira Santos⁷; Cynthia Valéria Oliveira⁸; Izadora Pereira Mendonça⁹.

Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Resumo¹⁰

O projeto foi idealizado com o intuito de promover o conhecimento e estimular o debate sobre as políticas públicas e temas inseridos no campo de públicas, sendo estes assuntos considerados primordiais tanto para o funcionamento do Estado quanto, principalmente, para que se compreenda e se aprimore as inter-relações entre sociedade, Estado, política e economia. Desta forma, o ciclo busca contribuir para a formação não apenas de profissionais, mas de cidadãos capazes de pensar e atuar criticamente nas organizações públicas da sociedade e do Estado. Além disso, considera-se a iniciativa importante na medida em que ultrapassa o âmbito restrito da Universidade e aproxima o

¹ Universidade Federal de Lavras, Professor Adjunto do Departamento de Administração e Economia.

² Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Administração Pública.

³ Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Administração Pública.

⁴ Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Administração Pública.

⁵ Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Administração Pública.

⁶ Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Administração Pública.

⁷ Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Administração Pública.

⁸ Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Engenharia Florestal.

⁹ Universidade Federal de Lavras, Curso de Graduação em Administração Pública.

¹⁰ A versão anterior deste artigo foi aprovada para publicação na Revista Interagir: Pensando a extensão da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

contexto de discussão e produção de conhecimento da comunidade local, favorecendo, então, uma relação mais estreita entre essas esferas. Ademais, as universidades públicas sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação e este projeto se coaduna com o papel da universidade em promover uma cultura de estímulo ao debate e o pensamento crítico. O projeto vem sendo realizado desde o primeiro semestre de 2014, e tem como resultado a realização de cinco edições do ciclo. A primeira edição teve como tema inaugural as “Práticas Associativas, Representação e Controle Social de Políticas Públicas”, a segunda discutiu sobre a “Política de Participação Social”, a terceira abordou o tema “Ativismo judicial e suas implicações para o ciclo de políticas públicas”, a quarta “Reforma Política: duas propostas em debate” e a quinta edição “Políticas Públicas para o campo e Reforma Agrária”. A promoção do debate estimula não só a aproximação do estudante com a comunidade, mas também suscita uma postura mais cidadã, participativa e reflexiva.

Palavras chave: políticas públicas; debate; participação

1. Introdução

O projeto “Ciclo de Debates de Políticas Públicas” foi idealizado com o intuito de promover o conhecimento e estimular o debate sobre as políticas públicas, este que é um tema primordial tanto para o funcionamento do Estado, quanto, principalmente, para que se compreenda e se aprimore as inter-relações entre sociedade, Estado, política e economia, por meio de debates com profissionais, especialistas, pesquisadores, estudantes e a sociedade envolvida de alguma maneira, seja na pesquisa, seja no provimento ou sendo impactada pelas políticas públicas. De acordo com Rua e Romanini (2015), o campo de estudo de políticas públicas compreende diversas correntes teóricas. Este tema é abordado pela sociedade em geral como a razão das complexidades políticas, econômicas e sociais do país e, também, como a solução dos problemas, principalmente aqueles relacionados a gestão da coisa pública. Desse modo, ao conceituar política pública, opta-se pela compreensão de alguns autores que admitem a existência de várias definições para o termo. Souza (2006), resume política pública como

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Tude (2012) vai além do entendimento de política pública como o conjunto de decisões e ações propostas comumente por um ente estatal, em uma determinada área, combinado esforços com a sociedade civil e comunidade. O autor assume, também, a evolução e complexidade desse conceito mediante inserção de novos atores no processo, como as organizações não governamentais (ONGs) e as redes de especialistas. Um exemplo de ONGs seriam as associações comunitárias dos bairros e um exemplo de redes de especialistas seria o envolvimento dos professores de universidades e outros convidados a participarem do Ciclo.

Conforme aponta Fernandes (2010), ao longo da história, a universidade, na consecução de sua missão e finalidades, se apresenta como centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia mediante articulação entre ensino, pesquisa e extensão, se integrando, por estes meios, à vida da sociedade e em permanente interlocução com esta. Ademais, coadunando com a perspectiva de Goergen (2002), o projeto em análise entende que, para além das práticas já há muito institucionalizadas, a universidade deve se lançar, como via de regra, à familiarização dos estudantes aos temas que afetam em nossa época a sociedade tendo este como um compromisso social da universidade.

Nesse sentido, o Ciclo de Debates de Políticas Públicas surge no bojo dessa articulação sociedade/universidade e tem como principal prerrogativa a inserção e discussão de temáticas de interesse público relativos à Administração Pública. Enquanto atividade acadêmica extracurricular, um dos objetivos do Ciclo é aproximar as dimensões teórica e prática da formação profissional do administrador público, a partir do incentivo à troca de experiências entre os alunos da graduação e da pós-graduação com os diferentes atores das políticas públicas, sejam os investidos de cargos políticos, funcionários de

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



carreira do Estado, membros de organizações do terceiro setor, analistas políticos, especialistas, estudiosos, população impactada, dentre outros.

Esta iniciativa coaduna com a proposição de Alberto Guerreiro Ramos (2009) no sentido de buscar um modelo da possibilidade objetiva, que com sua Teoria da Possibilidade:

afirma que nossa compreensão da realidade é sempre limitada por restrições contextuais, isto é, só podemos compreender a realidade por tentativas e erros, por ganhos de precisão alcançáveis mediante uma espécie de dialética de participação e retraimento, numa série de conjecturas que são experimentadas, alteradas e tentadas em sua forma alterada, e novamente alteradas e assim por diante (RAMOS, 2009).

Outro importante objetivo do projeto é oferecer para a sociedade civil um espaço de discussão sobre as Políticas Públicas do país e temas inseridos no campo de públicas, resultando disso uma aproximação da universidade com a comunidade em seu entorno e também um estímulo ao debate e interesse dos cidadãos pela política do país.

Assim, com o Ciclo de Debates de Políticas Públicas busca-se oferecer aos discentes e a sociedade civil mais oportunidades de conhecer problemas e soluções concretas vivenciadas por organizações públicas nas relações intergovernamentais, nos arranjos público-privados coordenados pelo Estado, na interface Sociedade Estado-Mercado e, com isto, ampliar sua compreensão acerca da complexidade das Políticas Públicas em nosso contexto atual.

2. Material e Metodologia

Os debates promovidos pelo Ciclo abrangem temáticas das mais diversas esferas da Administração Pública, aproximando não apenas a universidade da comunidade em seu entorno, mas também o estudante do universo político, da participação e da cidadania, sem deixar de perpassar pelas perspectivas teóricometodológicas, promovendo, portanto, a integração das finalidades de ensino, pesquisa e extensão. O enfoque epistemológico adotado preza por uma clara demarcação da Administração Pública enquanto campo singular e autônomo, distinto, especialmente, ao da administração de empresas, a fim de combater o mimetismo de uma pela outra. Uma das principais maneiras de se promover tal

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



delimitação é através de uma formação não apenas técnica, mas também política, conforme distinguem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração Pública (2014) – disponível no portal do Ministério da Educação –, diferenciando-a da formação predominantemente técnica do administrador de empresas.

O público-alvo do Ciclo envolve estudantes dos cursos de Administração Pública em nível de graduação e pós-graduação, demais interessados da comunidade acadêmica - independentemente da área de formação - bem como a população interessada, pois a finalidade, como já elencado, é aproximar estes diversos atores de temas inseridos no campo de públicas estimulando o debate, a participação social nas políticas públicas e a democratização do conhecimento.

A realização do projeto se concretiza em três etapas. São elas as Atividades de Organização, Execução e Finalização.

Dentro desse processo, inclui-se o levantamento do tema, estimulando a participação ativa dos interessados mediante enquetes acerca dos temas que as edições do projeto abordarão, os trâmites para a viabilização da vinda palestrante e mediadores escolhidos, a divulgação do evento, cuja importância se faz ímpar na medida em que todo o público-alvo deve ser atingido, inclusive aqueles não circunscritos à Universidade (para isso, veicula-se o material de divulgação em jornais impressos e televisivos de circulação local). Além disso, é feito o contato com o Centro de Educação à Distância (CEAD/UFLA) para que seja realizado o registro audiovisual do evento com o propósito de disponibilizá-lo também para os discentes de Educação à Distância em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras.

Com a aproximação do evento, as atividades operacionais vão sendo realizadas, como a reserva e organização do local e equipamentos audiovisuais a serem utilizados.

Já depois de realizado o evento, prima-se pela circulação de informativo sobre esta edição, resumindo as principais questões abordadas, os principais atores presentes e as considerações absorvidas durante a discussão. Como atividade operacional da equipe de organização, resta a emissão dos certificados aos presentes e a confecção de relatórios.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



3. Resultados e Discussões

Como resultados do projeto pode-se apontar para a realização de cinco edições do ciclo com crescente participação em cada um deles. A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade implica, dessa maneira, a sua inserção na formação do aluno, do professor e dos membros da comunidade de seu entorno, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e de sociedade no qual a crítica e a autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento, redimensionando, então, a prática extensionista ao status de oportunidade de troca de saberes, função esta prezada pelo presente projeto (JAZINE, 2004).

1º Ciclo de Debates de Políticas Públicas

A primeira edição foi realizada no dia 05 de junho de 2014 e teve como tema inaugural “Práticas Associativas, Representação e Controle Social de Políticas Públicas”.

O evento contou com 120 participantes, destacando-se a presença de oito associações de bairros da cidade. O convidado a palestrar foram o Coordenador Geral da Associação Comunitária dos bairros Jardim Glória e Campestres 1, 2 e 3 – Lavras/MG, Samir Oliveira e a convidada a compor a mesa como debatedora foi a Prof.^a Dr.^a Julia Moretto Amâncio do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras.

A edição piloto foi uma primeira iniciativa do curso de graduação em Administração Pública que abriu espaço para a participação da comunidade organizada na universidade e, portanto, obteve como maior ganho a ponte estabelecida entre os discentes/docentes e representantes da sociedade que estiveram presentes. As lideranças de associações comunitárias participaram desta primeira edição e puderam expor suas percepções a respeito dos entraves e dificuldades vivenciadas por elas no cotidiano das práticas representativas, da relação das associações com o poder público, além de evidenciar ponto antes negligenciado pelo curso em Administração Pública na UFLA: a

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

circunscrição limitada de abrangência do conhecimento produzido na universidade, que não conseguia chegar à sociedade e, de fato, promover mudanças no espaço público. A partir da sua participação no evento, a Universidade passa, então, a abrir a possibilidade de estreitar os laços com a comunidade local.

2º Ciclo de Debates de Políticas Públicas

Dando continuidade à temática da primeira edição, o 2º Ciclo de Debates de Políticas Públicas, realizado no dia 03 de setembro de 2014, promoveu o debate sobre a “Política Nacional de Participação Social”, estabelecida pelo Decreto Nº 8.243 em 23 de Maio de 2014 instituindo a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, “com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” (BRASIL, 2015), criando, portanto, mecanismos concretos de participação social na administração pública por meio de conselhos consultivos. O segundo Ciclo, ao se propor discutir a temática, para além de debater tema concernente ao campo, se debruçou também sobre a missão de esclarecer e incentivar a população e os discentes a conhecer, de fato, os rumos que o sistema político tem tomado nos tempos atuais.

Dessa forma, o Dr. José Eduardo León Szwako, pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), proferiu a Aula Magna dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, que foi mediada pelo Prof. Dr. Paulo Henrique de Souza Bermejo do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Lavras. Esta edição contou com 258 participantes, destacando-se, dentre eles, a presença do então vice-prefeito de Lavras, um jornalista e vários representantes das associações de bairro da cidade.

A desmitificação do tema Participação Social na Administração Pública foi o ponto alto do debate, que, como trazido pelo palestrante, o Decreto sofre acusações – mesmo que desprovida de argumentos razoáveis – de setores da sociedade. De acordo com o prelecionista, alguns partidos políticos, como os Democratas (DEM) e o Partido da Social

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Democracia Brasileira (PSDB) e alguns veículos de informação como Estadão, O Globo e a Veja, alegaram que o Decreto é antidemocrático, inconstitucional, gerador de mais burocracia, pois trava o desenvolvimento de políticas públicas e mina a atuação do Congresso e alertam para uma tentativa de golpe, pois violaria as atribuições do Poder Legislativo. Em uma análise pautada pelas notícias veiculadas pela mídia de massa, o Prof. Szwako desconstrói essa visualização da Política de Participação Social, apontando para seu caráter estritamente necessário de formalização de instâncias participativas já antes previstas pela Constituição Federal.

Assim sendo, a criação de um mecanismo que promove a interferência popular para além da participação nas eleições, como esse decreto, não viola as atribuições do Poder Legislativo – pois os conselhos possuem natureza consultiva e não deliberativa –, somente organiza as instâncias de participação social já existente no governo federal e estabelece diretrizes para o seu funcionamento. Ele é um dispositivo institucional a mais no sentido de ampliar, e não restringir, as formas democráticas de representação.

3º Ciclo de Debates de Políticas Públicas

O 3º Ciclo de Debates de Políticas Públicas foi realizado no dia 18 de março de 2015. Esta edição promoveu o debate sobre o “Ativismo judicial e suas implicações para o ciclo de políticas públicas”, abrangendo a discussão sobre a ideia de ativismo judicial associado a “uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes” (BARROSO, 2012).

Eduardo de Paula Machado, promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, proferiu, então, a Aula Magna dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, sendo mediada pelo professor David Gomes do Departamento de Direito da Universidade Federal de Lavras. Compareceram nesta edição 365 pessoas, destacando-se a presença de duas representantes do município de Lavras e dois representantes de associação de bairro.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

O promotor apresentou as funções do poder legislativo, judiciário e executivo, além de abordar a atuação do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal. Em seguida, apresentou as diversas interferências do poder judiciário nas etapas do ciclo de políticas públicas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção da política. Ressalta-se em sua discussão que o poder judiciário, por um lado, potencializa a participação de atores que não possuem poder político e, por outro, as implicações de interferências que por vezes podem prejudicar a efetividade das Políticas Públicas. Também foi ressaltado o papel do Ministério Público como mediador entre a sociedade civil e o Estado e a necessária ampliação dos canais de comunicação entre eles.

Um fato relevante desta edição do Ciclo de Debates diz respeito à participação dos alunos do curso de Direito da universidade, uma aproximação interessante entre dois cursos que se complementam e têm muito a ganhar com a interdisciplinaridade destas duas áreas do conhecimento.

4º Ciclo de Debates de Políticas Públicas

O 4º Ciclo de Debates de Políticas Públicas foi realizado no dia 21 de maio de 2015. Esta edição promoveu o debate sobre a “Reforma Política: duas propostas em debate”. Marlon Lelis de Oliveira, psicólogo e bacharel em Direito, defendeu a proposta da Reforma Política democrática e eleições limpas e Adília Nogueira Sozzi é pós-graduada em Direitos Sociais, defendeu a proposta da Reforma Constituinte. O debate foi mediado pelo professor Gustavo Costa de Souza do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras. Compareceram nesta edição 159 pessoas, destacando-se a presença do assessor de desenvolvimento econômico da Prefeitura Municipal de Lavras.

De acordo com a cartilha da Coalizão pela Reforma Política Democrática e eleições limpas, esta refere-se a defesa da

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

necessidade de o povo brasileiro se unir pela ampliação das conquistas democráticas realizando um conjunto de reformas estruturais entre as quais a reforma urbana, a reforma agrária, a democratização dos meios de comunicação além de medidas relacionadas com a melhoria dos serviços públicos como saúde, educação e transporte coletivo urbano. Todavia considera que não há como realizar essas reformas sem antes aprofundar o processo de democratização do poder político no Brasil através de uma Reforma Política Democrática, com ampla participação da sociedade civil (Coalizão pela Reforma Política Democrática e eleições limpas, 2014, p.7).

Entidades da sociedade civil se uniram e criaram essa coalizão e, de acordo com o debatedor Marlon, os principais pontos da proposta são: a proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do financiamento democrático de campanha, eleições proporcionais em dois turnos, paridade de gênero e lista pré-ordenada e fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes.

Adflia defendeu a proposta do Plebiscito Constituinte que, de acordo com a cartilha do Plebiscito Constituinte (2014), nessa proposta

os representantes eleitos exercerão exclusivamente o poder soberano de definir politicamente o Estado brasileiro, consultando de forma criativa a cidadania e retornarão à sua vida de cidadãos e cidadãs iguais aos demais ao término desse processo. Isso é diferente do que foi a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 (Plebiscito Constituinte, 2014, p.6).

Ela tem o intuito de enfrentar os problemas do país, promovendo reformas que não foram realizadas, como as reformas agrária, urbana, tributária e outras mudanças que assegurem a igualdade de direitos econômicos, sociais e civis.

5º Ciclo de Debates de Políticas Públicas

Em parceria com a 3ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, o 5º Ciclo de Debates de Políticas Públicas teve como temática “Políticas públicas para o campo e Reforma Agrária” sendo realizado no dia 03 de maio de 2016. O convidado a palestrar sobre o tema foi Bruno Rodrigo Silva Diogo, que é graduado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sul de Minas Gerais e o convidado a mediar o debate foi o Prof. Dr. José de Arimateia Dias Valadão do

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (DAE/UFLA).

O palestrante fez uma análise do objetivo das políticas públicas para o campo, como são formuladas e aplicadas, quais são as suas deficiências e qual a importância para os trabalhadores do campo e, principalmente, para os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Iniciou com um histórico e problematizações sobre o que é questão agrária, como ela se configura em diferentes países e épocas, detalhando a conformação da questão agrária brasileira e suas particularidades. Pontuou sobre a Reforma Agrária, contextualizando a Reforma Agrária Popular, parte central do programa agrário e do projeto de desenvolvimento de país proposto pelo movimento sem terra, que compreende além da distribuição de terra.

Segundo informações disponíveis no sítio eletrônico do MST, “a Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir” (MST, 2016). O atual debate do movimento com os seus aliados é sobre a Reforma Agrária Popular que

consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desses processos resultaram leis de Reforma Agrária progressistas, populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses (MST, 2016).

Bruno ressaltou ainda que há uma diversidade de políticas públicas para o campo e para a garantia da qualidade de vida, em todos os seus aspectos, no meio rural - e que a Reforma Agrária inclui a cultura, a educação, a saúde, condições dignas de moradia e trabalho.

O mediador do debate, Prof. Dr. José de Arimateia, além de comentar sobre a questão agrária no Brasil e suas complexidades, abordou suas experiências com a Pedagogia da Alternância (proposta educativa adaptada para a realidade da vida camponesa e que a potencializa) e com a implantação deste modelo de educação em escolas de alguns municípios. Dessa forma, tal pedagogia se concretiza como política

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

pública municipal que contribui para a melhoria da educação do campo e da vida dos camponeses.

A tabela 1 a seguir apresenta as informações resumidas das cinco primeiras edições do Ciclo de Debates de Políticas Públicas na UFLA.

Tabela 1 - Edições do Ciclo de Debates de Políticas Públicas na UFLA.

Edição do Ciclo	Tema	Nº de participantes	Principais representantes do público
1ª Ciclo (05/06/14)	Práticas Associativas, Representação e Controle Social de Políticas Públicas Debatedor: Samir Oliveira, Coordenador Geral da Associação de Moradores dos Bairros Jardim Glória e Campestre; e mediadora Prf ^a . Dr ^a Júlia Moretto Amâncio	120	Discentes da graduação; Discentes da pós-graduação; Representantes de associações de bairro: - Associação Serra Verde e Pedro Silvestre; - Associação de moradores do Vale do Sol e Vila Rica II; - Associação Aqueça Sol; - Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária; - Associação Comunitária dos bairros Jardim Glória e Campestre I, II e III.
2ª Ciclo (03/09/14)	Política Nacional de Participação Social Debatedor: Dr. José Eduardo León Szwacko, pesquisador da Ufpr e Cebrap; e mediador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Souza Bermejo, Departamento de Ciências da Computação.	258	Discentes da graduação; Discentes da pós-graduação; Vice-Prefeito; Jornalista da cidade; Representantes da associação comunitária dos bairros Jardim Glória e Campestre I, II e III.
3ª Ciclo (18/03/15)	Ativismo judicial e suas implicações para o ciclo de políticas públicas Debatedor: Eduardo de Paula Machado, promotor	365	Discentes da graduação; Discentes da pós-graduação; Duas representantes do município; Representantes da associação comunitária dos

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



UFOP
Universidade Federal de Ouro Preto

		07 a 09 de setembro de 2016	
	de justiça do Ministério Público de Minas Gerais; e mediador: Prof. David Gomes, Departamento de Direito.		bairros Jardim Glória e Campestre I, U e M.
4º Ciclo (21/05/15)	Reforma Política: duas propostas em debate Debatedor: Marlon Lelis de Oliveira, psicólogo e bacharel em Direito; Adília Nogueira Sozzi pós-graduada em Direitos Sociais; e mediador: Prof. Gustavo Costa de Souza do Departamento de Administração e Economia	119	Discentes da graduação do curso de Administração Pública e Direito; Assessor de desenvolvimento econômico da Prefeitura Municipal de Lavras.
5º Ciclo (03/05/16)	Políticas Públicas para o campo Debatedor: Bruno Rodrigo Silva Diogo, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sul de Minas Gerais; e mediador: Prof. Dr. José de Arimateia Dias Valadão do Departamento de Administração e Economia.	119	Discentes da graduação dos cursos de Administração Pública, Engenharia Florestal, Agronomia, Pedagogia, Direito, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Química, Engenharia de Alimentos e Educação Física; Discentes da pós-graduação; e um representante da sociedade civil.

Fonte: elaboração dos próprios autores.

4. Conclusão

O projeto Ciclo de Debates de Políticas Públicas foi implementado na Universidade Federal de Lavras com o intuito de se criar um espaço de reflexão e debates sobre as Políticas Públicas, não apenas junto aos estudantes, mas sobretudo com o envolvimento de diversos membros da sociedade. Numa avaliação das cinco primeiras edições do projeto, observamos que este objetivo vem sendo realizado e identificamos iniciativas podem ser tomadas a fim de que o projeto incentive uma cultura de participação e aproximação entre a universidade e a comunidade do seu entorno.

Entende-se, assim, como de extrema relevância o desenvolvimento, a consolidação e a difusão de projetos como o Ciclo de Debates de Políticas Públicas. A promoção de espaços de disseminação de conhecimento e de formação crítica são fundamentais para o

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



avanço e cristalização do sistema democrático, o que contribuirá ao país avançar rumo à superação de problemáticas que, para o senso comum, parecem inerentes à sociedade brasileira.

Assim, com a formação de Administradores Públicos e da sociedade civil conscientes de seu papel de protagonistas no processo de transformação da sociedade é que poderemos contribuir para o estabelecimento de metas rumo ao desenvolvimento da nação e aspirar a superação de suas mazelas. As políticas públicas e o debate em torno delas é uma iniciativa dentre tantas outras que permitirá aos cidadãos munirem-se de ferramentas para concretizar essas aspirações, sendo este o propósito do Ciclo.

5. Referências

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. **Thesis**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.23-32, 2012.

BRASIL. **Decreto 8.243**. Política Nacional de Participação Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 22 Mar. 2015.

COALIZÃO PELA REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E ELEIÇÕES LIMPAS. **Projeto de Iniciativa Popular de Reforma Política Democrática e Eleições Limpas**: Por um sistema político identificado com as reivindicações do povo. 2ª edição. 2014. Disponível em: <http://www.reformapoliticademocratica.org.br/wpcontent/uploads/2014/08/cartilha_coaliza_o_segunda_edicao.pdf> Acesso em: 15/04/2016.

FERNANDES, E. M. de A. A produção do conhecimento na universidade: algumas reflexões. In: MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 8., 2010, Piracicaba - SP. Anais... Piracicaba: UNIMEP, 2010.

GOERGEN, Pedro. A Instituição Universidade e sua responsabilidade social: anotações críticas. **Quaestio: Revista de estudos em educação**. Sorocaba, v.4, n.1, p.10-25, mai. 2002.

JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte** – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em: 30 de out. de 2015).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

MEC/CNE/CESu. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública. Resolução nº1, de 1 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, p.17-18, 14 jan. de 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 25 set. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Reforma Agrária. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/reforma-agraria/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

PLEBISCITO CONSTITUINTE. **Plebiscito popular: por uma constituinte exclusiva soberana do sistema político.** 2ª edição. 2014. Disponível em: <http://www.plebiscitoconstituente.org.br/sites/default/files/material/AF_Cartilha%20Plebiscito%20%20C%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf> Acesso em: 15/04/2016.

RAMOS, G. A. A modernização em nova perspectiva: em busca de um modelo da possibilidade. In. HEIDEMANN, F.; SALM, J.F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: UnB, 2009; 340 p.

RUA, M. G., ROMANINI. Para aprender políticas públicas - volume 1: conceitos e teorias. IGEPP, s.d. disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebookpara_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso em 06 nov. 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2015.

TUDE, João Martins. Conceitos gerais de Políticas Públicas. 2012. **Mimeo.**

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

